



Produtores de carne bovina do Mato Grosso investiram forte contra aftosa

## Serys destaca que Mato Grosso já pode exportar carne para a China

O governo chinês reabriu o lucrativo mercado do país à importação de carne bovina de vários estados brasileiros livres de febre aftosa. **3**

## Raimundo Colombo propõe facilidade no pagamento de conta vencida

Na opinião do parlamentar, não tem sentido credores e instituições impedirem o pagamento em qualquer banco após o vencimento. **3**

## Mercadante afirma que, aos 30 anos, PT tem muito a celebrar

Governo Lula deixa herança de estabilidade econômica, inclusão social e distribuição de renda, destaca o senador. **2**

Aloizio Mercadante lembra também que PT ajudou a derrotar a ditadura militar



## Projetos buscam melhorias para educação básica

Propostas de Flávio Arns, Geovani Borges e Tasso Jereissati querem ampliar acesso ao ensino, unificar calendário letivo e premiar bom desempenho escolar

**A**s comissões do Senado vão analisar propostas pelas quais as crianças com cinco anos de idade poderão entrar na 1ª série do ensino fundamental; o calendário escolar dos 26 estados e do Distrito

Federal seria unificado, com o mesmo número de dias letivos, para reduzir as desigualdades regionais; e as crianças e adolescentes beneficiários do programa Bolsa Família seriam premiados em caso de bom desempenho. **4**



Alunos de educação infantil em Brasília: pelo projeto de Flávio Arns, crianças de cinco anos seriam matriculadas na 1ª série do ensino fundamental

## Alvaro Dias acusa governo Lula de manipular dados

Senador afirma que mistificação tem sido usada como método de propaganda de feitos e obras "irreais". **2**

Alvaro Dias cita exemplo das universidades federais que o governo Lula alega ter criado





## PAIM CELEBRA A 28ª FESTA DA UVA

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou o início, ontem, da tradicional Festa da Uva, que vai até o dia 7 de março, em Caxias do Sul, sua cidade natal. Ele afirmou que cerca de 600 mil visitantes devem ser atraídos pela "magnífica festa", que está em sua 28ª edição.

– O evento celebra a colheita da fruta e acontece desde 1931 – explicou o senador, acrescentando que "a marca da região é um excelente vinho ou suco de uva".

Paim ressaltou que as atividades vinculadas à produção de vinho foram responsáveis pelo desenvolvimento inicial da região, fazendo do município "um grande polo industrial, cultural e político".

## ACIR GURGACZ APOIA CRIAÇÃO DE MUNICÍPIO

Em discurso ontem, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) apoiou a criação de um novo município, chamado de Extrema de Rondônia. Ele explicou que, no dia 28 próximo, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia realiza plebiscito na capital, Porto Velho, para consultar a população sobre a criação do município, que abrangerá os distritos de Extrema, Fortaleza do Abunã, Nova Califórnia e Vista Alegre do Abunã.

– A necessidade de emancipação desses distritos se justifica por conta da distância de mais de 300 quilômetros da sede de Porto Velho. Além disso, se destaca a considerável atividade econômica desenvolvida pelos quase 10 mil rondonienses que vivem atualmente nos quatro distritos – disse Gurgacz.

## PARA MÃO SANTA, GOVERNO DO PIAUÍ MENTE

O senador Mão Santa (PSC-PI) criticou ontem, em Plenário, o que chamou de "propaganda enganosa" do governo do Piauí, noticiando, indevidamente segundo ele, a conclusão de várias obras no estado, entre as quais cinco hidrelétricas no rio Parnaíba, uma hidrelétrica no rio Poti e uma refinaria de petróleo.

Apresentando cópia de matéria veiculada na internet pelo portal *180 Graus*, Mão Santa comparou a publicidade feita pelo governo do Piauí com a propaganda nazista durante a 2ª Guerra Mundial.

– Tudo é mentira. Não tem nada disso. Olha aí. O governo quer se consolidar na mentira, na corrupção e na incompetência – disse.

# Para senador petista, "há muito o que comemorar"

Nos 30 anos de fundação do PT, Aloizio Mercadante diz que os sete anos de governo Lula são herança do partido aprovada pelo reconhecimento de 80% dos brasileiros

ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) celebrou ontem os 30 anos de fundação do PT, afirmando que "há muito o que comemorar", especialmente o balanço do governo Lula.

– Não foram fáceis esses 30 anos: primeiro, derrotar a ditadura; depois, numa época em que só havia dois partidos – oposição e situação –, dizer que era importante um novo partido e construir novos programas, novos caminhos – afirmou.

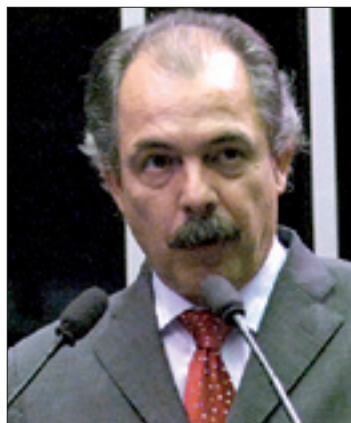
Mercadante destacou a estabilidade econômica, a inclusão social, a distribuição de renda e a atuação na política externa como conquistas dos últimos sete anos do governo Lula, "a

melhor herança que o partido poderia deixar". O reconhecimento popular, acrescentou, é comprovado pela aprovação de 80% da população.

Ao comparar os governos Lula e Fernando Henrique Cardoso, afirmou que, antes de Lula, não houve um governo que se dispusesse a promover transferência de renda e inclusão social.

Marina Silva (PV-AC), salientando que o legado petista tem um pouco da sua contribuição, pois saiu do partido há cinco meses, disse que é preciso integrar as conquistas dos últimos 16 anos.

– Temos um futuro e não podemos engessar o Brasil numa



Balanço do governo Lula é o grande legado do PT, diz Mercadante

disputa entre a contribuição do governo Lula e do governo Fernando Henrique – disse.

## Simon saúda pacto contra impunidade no país



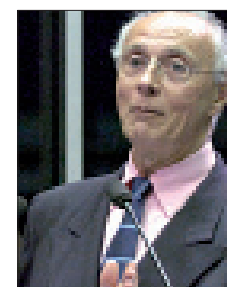
Pedro Simon

A existência de um pacto no Judiciário contra a impunidade, revelada pelo presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, foi saudada ontem por Pedro Simon (PMDB-RS), que previu "uma nova forma de fazer política" após a prisão do

governador licenciado do Distrito Federal, José Roberto Arruda. O senador considerou positiva a percepção da sociedade de que "ninguém ficará impune se praticar ato lesivo à população".

Simon defendeu julgamento rápido dos políticos envolvidos em denúncias de corrupção e cobrou mais eficiência do Estado na recuperação do dinheiro público desviado. Ele lembrou que há anos vem defendendo essas duas teses – agora endossadas pelo presidente da OAB.

## Renda mínima será tema de quadrinhos de Ziraldo



Eduardo Suplicy

O cartunista Ziraldo prometeu a Eduardo Suplicy (PT-SP) presentear-lo com uma história em quadrinhos explicando a renda básica de cidadania, a principal bandeira da vida política do senador. Para tanto, Ziraldo pediu um texto didático explicando o projeto, que virou a Lei 10.835, sancionada pelo presidente Lula em 2004. Suplicy, então, escreveu uma carta aos seus netos Teodoro, Bernardo, Laura, Maria Luiza e Felipe e ao Menino Maluquinho – personagem criado por Ziraldo – explicando a proposta.

Por meio da renda básica de cidadania, Suplicy quer que seja assegurado a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país o pagamento anual ou em parcelas mensais de um determinado valor como forma de dividir parte das riquezas do país.

## Alvaro Dias acusa governo Lula de mistificação e manipulação

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) rebateu ontem números apresentados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos últimos meses sobre políticas públicas do governo. No discurso, o senador acusou o governo de "mistificação de dados" e de usar "a mentira e a manipulação" como estratégia para "angariar popularidade".

O senador leu trecho de artigo do jornalista Gustavo Patu, publicado na *Folha de S. Paulo* de terça-feira, que, segundo afirmou, sintetiza "com propriedade a tendência à mistificação do PT".

Alvaro Dias disse que a sociedade deveria estar atenta ao uso eleitoral que o governo faz da chamada "propaganda subliminar". Na sua avaliação, as consequências dessa propaganda são devastadoras, pois levam as pessoas a acreditarem em "verdades plantadas" como se fossem realidade.

– Temos de denunciar essa falta de respeito com a população. É um ano eleitoral e nós temos de encontrar, nas janelas



Alvaro Dias disse que Lula manipulou dados sobre criação de universidades

das mentiras, algumas verdades – propôs.

Alvaro criticou discurso recente de Lula, no qual o presidente teria afirmado que, sendo torneiro mecânico, foi quem mais criou universidades no país.

– Essa afirmação é emblemática e demonstra o uso recorrente de números de consistência duvidosa. Das 13 universidades contabilizadas como novas pelo presidente da República, nove são mero resultado de fusão, desmembramento ou ampliação de instituições federais de ensino superior inauguradas anteriormente – explicou.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Sessão não deliberativa marcada para as 9h

A sessão plenária de hoje, às 9h, é não deliberativa e só deverá ter discursos dos senadores e leitura de expediente. Entre os inscritos estão Adelmir Santana (DEM-DF), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

## PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Romeu Tuma • Antônio Carlos Valadares • Mão Santa

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

## AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves  
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burtle  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



## Projeto garante facilidade no pagamento de conta vencida

O consumidor deve ter o direito de pagar suas contas vencidas pelos mesmos meios oferecidos até a data do vencimento, sem ficar obrigado a comparecer a outro local ou apenas a um único banco indicado pelo credor para fazer a quitação. Apresentado pelo senador Raimundo Colombo (DEM-SC), o projeto (PLS 21/10) que estipula essa garantia está começando a tramitar na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle (CMA), para decisão terminativa. As regras são aplicáveis a todas as contas emitidas sob a forma de boleto bancário e que estabeleçam multas e juros por atraso de pagamento. Estão sujeitos ao cumprimento todos os estabelecimentos que mantenham relação de consumo de bens e serviços, inclusive bancos encarregados da cobrança.

Colombo chega a prever a



Raimundo Colombo diz que exigências de bancos e credores são inadmissíveis nulidade da cobrança de encargos pelo descumprimento das regras sugeridas. Ele considera inadmissível que, em plena era da informática e da internet, o consumidor ainda seja submetido a transtornos caso se esqueça de pagar uma conta na data.

– Mesmo que seja só por um dia de atraso, credores e bancos impõem exigências implacáveis e sem sentido – afirmou.

## CAE vota projeto que proíbe taxa indevida de água e esgoto

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá votar, na terça-feira, projeto que altera a Lei do Saneamento (Lei 11.445/07) para só permitir cobrança de taxas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário quando tais serviços forem efetivamente prestados.

Pelo texto do PLS 295/08, do senador Romeu Tuma (PTB-SP), a cobrança se dará na forma de tarifas e outros preços públicos, mediante conexão da edificação urbana às redes públicas e condicionada ao uso dos serviços.

Tuma quer acabar com a prática vigente de cobrança de taxa sobre a disponibilização potencial do serviço, independentemente da sua prestação efetiva. Na última reunião da comissão, foi concedida vista

coletiva ao projeto, que terá decisão terminativa na CAE.

Tuma argumentou ser necessário explicitar na legislação que a cobrança de tarifa de esgotamento sanitário só pode acontecer mediante a prestação efetiva do serviço e não pela sua utilização potencial.

Poderá constar também da pauta da comissão projeto de lei da Câmara (PLC 4/05) que estabelece política nacional de controle de natalidade para cães e gatos domésticos. A reprodução desses animais, de acordo com a proposta, será controlada por meio de esterilização cirúrgica, ficando proibida a prática de outros procedimentos veterinários. O relator, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), é favorável à aprovação.

## Brasil pode ter novo fundo para desenvolver telecomunicações

Já está na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) projeto do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que cria o Fundo de Investimentos em Telecomunicações (Fitel). Os recursos do fundo seriam aplicados em programas de desenvolvimento da infraestrutura de redes de comunicação, na inovação tecnológica e na expansão dos serviços de banda larga.

– Se esse projeto for aprovado pelo Congresso durante este ano, seriam assegurados, no mínimo, R\$ 6 bilhões para investimentos produtivos no setor – prevê o parlamentar, que considera péssima a atual distribuição dos recursos para a área, incluindo os do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

Flexa Ribeiro lembra que grande parte dos recursos arrecadados anualmente pelos fundos de telecomunicações – a



Projeto de Flexa Ribeiro está na Comissão de Ciência e Tecnologia exemplo do Fust, que recolhe uma média de R\$ 1 bilhão –, fica retida no Tesouro Nacional para fazer o chamado superávit primário, dinheiro que o governo economiza para pagar dívidas. Com isso, observou o senador, não sobrariam recursos para aplicar em investimentos.

Se aprovado pela CCT, o projeto seguirá para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa.

No final de janeiro, o governo chinês suspendeu as restrições à importação de carne bovina de vários estados brasileiros, admitindo que eles estão livres da febre aftosa

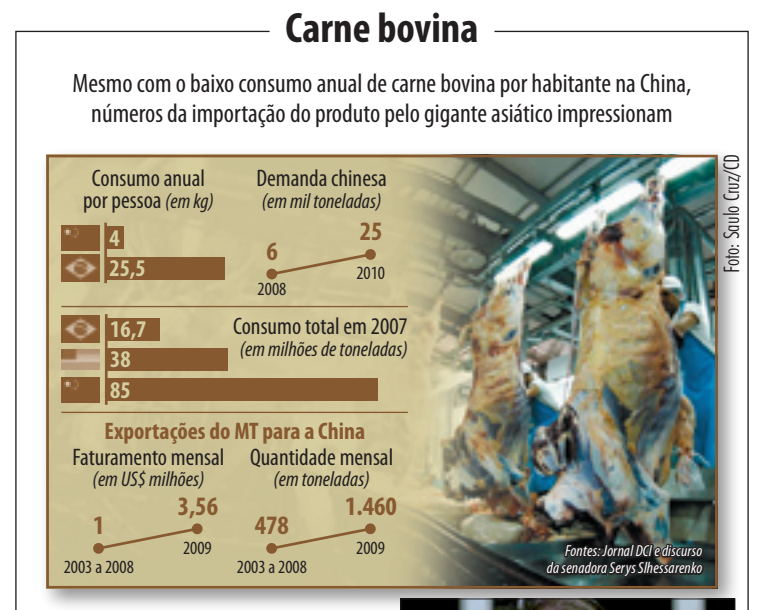
# Serys: Mato Grosso volta a exportar carne para a China

A SENADORA SERYS Silhessarenko (PT-MT) ressaltou ontem o fato de o estado de Mato Grosso poder voltar a exportar carne bovina para a China. Em 2005, o governo chinês havia suspenso a importação de carne bovina de diversos estados brasileiros, devido à ocorrência de focos de febre aftosa. No final de janeiro deste ano, a China reconheceu vários estados do Brasil como áreas livres da febre aftosa, reabrindo o lucrativo mercado.

A China é um dos maiores consumidores de carne do planeta, embora o consumo anual por pessoa ainda seja pequeno naquele país (quatro quilos por ano contra 25,5 no Brasil). Apenas em 2007, ressaltou a senadora, os chineses consumiram 85 milhões de toneladas de carne (contra 38 milhões de toneladas consumidas pelos norte-americanos e 16,7 milhões pelos brasileiros).

– A abertura desse mercado representa um alento muito grande para os produtores de Mato Grosso, que sofreu com embargos que prejudicaram o sistema produtor e que podem ser sentidos pelo fechamento de grandes e importantes frigoríficos no estado – relatou.

Serys disse ainda que Mato Grosso tem um rebanho bovi-



no de mais de 27 milhões de cabeças e praticamente todos os animais foram vacinados contra a doença nos últimos anos. De acordo com a senadora, o estado não tem casos de febre aftosa há 14 anos.

– O sucesso da campanha de vacinação se dá pelo empenho de 105 mil proprietários rurais que investiram mais de R\$ 40 milhões na compra de vacinas.

Serys aproveitou para registrar que o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) lançou a Campanha da Fraternidade de 2010, com o lema “Vocês não podem servir a



Serys destaca importância de exportar para um mercado como o chinês

Deus e ao dinheiro”.

O senador Augusto Botelho (PT-RR) também chamou atenção para a importância da Campanha da Fraternidade.

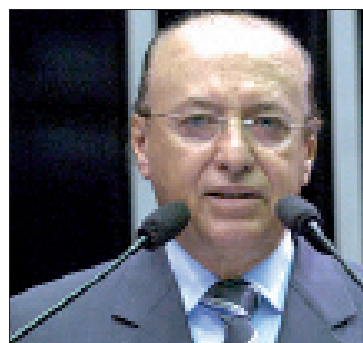
## Emenda inclui alimentação entre os direitos sociais

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) comemorou a promulgação, este mês, da Emenda Constitucional 64 – resultante de proposta de sua autoria –, que inclui a alimentação entre os direitos sociais. Pelo artigo 6º da Carta Magna, também são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

– Com a aprovação dessa PEC, novos horizontes se descortinarão no Brasil, pavimentando um caminho mais seguro de o Estado apoiar toda a cadeia de produção, comercialização e abastecimento de bens alimentares em nosso território.

Para Valadares, a emenda constitucional “demonstra a vontade do Legislativo em dar sua contribuição à conscientização da sociedade brasileira diante de grupos vulneráveis da população que sofrem ainda o grave problema da fome e da desnutrição”. Segundo o parlamentar, o longo tempo de tramitação da proposta – nove anos – demonstra que “o processo legislativo é vagaroso, demorado, mas um dia acerta”.

O senador disse que o mundo vive uma inversão de prioridades: enquanto há mais de 1 bilhão de pessoas famintas no mundo, os países desenvolvidos gastam em guerras e em socorro a grupos financeiros trilhões de dólares, quantia muito mais do que suficiente para acabar com a fome no mundo.



Valadares apresentou a proposta de emenda constitucional em 2001

## Augusto celebra recorde na geração de empregos

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgou ontem que, em janeiro de 2010, foram gerados no Brasil mais de 181 mil postos de trabalho. O número superou a estimativa do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, que era a criação de 142 mil empregos, comemorou em Plenário o senador Augusto Botelho (PT-RR). Ele destacou que esse é o maior volume de geração de vagas formais no mês de janeiro em toda a história.

– O Brasil vive atualmente uma situação positiva e única. Nosso país está num momento muito bom e nada melhor entre os indicadores da economia do que a geração de emprego para mostrar isso. Conseguiremos atingir a meta estabelecida pelo governo federal de gerar 2 milhões de empregos em 2010 – afirmou.

Segundo o parlamentar, o Caged registrou um total de 1,4 milhão de pessoas admitidas em postos formais de emprego e 1,2 milhão de demissões. Ele declarou que a criação de empregos foi mais forte na indústria, com geração recorde de 68 mil novos postos. O setor de serviços também alcançou seu melhor número em um mês de janeiro: quase 58 mil novas vagas.

Augusto também comentou o voto de pesar que apresentou em conjunto com o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pela morte do empresário e pecuarista Ubirajara Evangelista de Pinho.



Augusto lembra que indústria liderou recuperação na oferta de empregos





Tuma não tem dúvidas sobre natureza jurídica da carreira de delegado

## Tuma apoia luta dos delegados para aprovar PEC

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) apoiou ontem a luta da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 549/06, que reinsere a categoria nas carreiras jurídicas. Tuma leu ofício encaminhado pela associação, em que a entidade anuncia manifestação programada para os próximos dias 23 e 24 no Salão Verde da Câmara dos Deputados, como forma de demonstrar "força e união aos parlamentares".

Segundo o senador, os delegados pretendem visitar cada deputado para reunir apoios à PEC.

– Não há a menor dúvida de que a carreira de delegados de polícia tem natureza jurídica, tanto pelas exigências de sua investidura como pelas características específicas do cargo – afirmou.



Zambiasi quer atenção à duplicação da BR-101 nos trechos que cortam cidades

## Zambiasi pede prioridade para obras na região Sul

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu ao governo que determine às empresas que estão duplicando a BR-101 Sul, de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, que dêem prioridade às obras nos trechos que cortam cidades. Ele disse que os atrasos nas obras têm levado a população de 11 cidades ao desespero. Os moradores de Tubarão (SC) estariam levando até duas horas para ir de um bairro a outro, numa distância de seis quilômetros.

Zambiasi informou que uma viagem entre Porto Alegre e Florianópolis chega a demorar 15 horas, submetendo os motoristas a "um cansaço físico e emocional desnecessário".

O senador propôs aos parlamentares dos dois estados que atuem de forma conjunta em suas reivindicações de aceleração das obras e anunciou que ele próprio iria se encontrar ontem com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para tratar do assunto.

Senador adverte que crianças entre cinco e seis anos estão sem garantia de ensino porque mudanças efetuadas na legislação se mostraram contraditórias

# Flávio Arns defende ingresso na 1ª série aos cinco anos

FLÁVIO ARNS (PSDB-PR) defendeu ontem o ingresso da criança com cinco anos de idade na 1ª série do ensino fundamental, nos termos de projeto (PLS 414/08) que visa ajustar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) à Constituição. Apresentada por ele, a proposta já foi aprovada pelo Senado e está em exame na Câmara.

O senador explicou que o Congresso Nacional modificou a LDB (Lei 9.394/96) de modo a ampliar o ensino fundamental para nove anos, com o ingresso da criança aos seis anos. Além disso, em 2006, a Emenda Constitucional 53 definiu a educação infantil como sendo aquela destinada às crianças de até cinco anos de idade. Assim, a



É preciso adequar lei educacional à Constituição, defende Flávio Arns

criança não teria o seu direito de estudar assegurado entre cinco e seis anos.

Mesmo que o projeto não seja aprovado, disse o senador, as escolas devem matricular as crianças de cinco anos na 1ª série,

conforme obriga a Constituição. Para Arns, o entendimento do Conselho Nacional de Educação, segundo o qual devem ser matriculadas na 1ª série as crianças que completarem seis anos até março, é inconstitucional.

## Geovani propõe unificar o calendário escolar no país

A unificação do calendário escolar nos 26 estados e no Distrito Federal, com equivalência na quantidade de dias letivos e equilíbrio na produtividade, foi defendida pelo senador Geovani Borges (PMDB-AP). Ele comparou o início das aulas nas redes públicas do Distrito Federal, em 1º de fevereiro, e do Amapá, em 22 do mesmo mês, e disse ter dificuldade para entender essa disparidade.

Outra distorção que preocupa o senador é o fato de as escolas públicas paralisarem mais suas atividades em razão de feriados



Senador também defende semelhança nos conteúdos e no material didático

do que as escolas particulares. Isso, segundo ele, coloca em desvantagem os alunos das redes

estaduais e municipais.

Para igualar as oportunidades, na avaliação de Geovani Borges, é preciso que sejam oferecidas a todos condições semelhantes nos calendários, nos conteúdos, na qualidade de material didático, em instalações e infraestrutura, na preparação dos professores e no aproveitamento do tempo (em sala de aula e nas atividades externas).

– Aí, sim, dentro de um universo de igualdades de chances, os valores individuais ganham expoentes – observou.

## Jereissati quer que Bolsa Família premie bom desempenho estudantil

Proposta que amplia o pagamento de benefícios do Bolsa Família para premiar o bom desempenho dos estudantes será discutida na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) na próxima terça-feira.

Segundo o projeto (PLS 247/09) do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), o novo benefício será variável, vinculado ao desempenho dos alunos do ensino fundamental e será pago para aqueles que conseguirem resultados educacionais

positivos.

Para Jereissati, com o incentivo concreto, os estudantes procurarão aprimorar suas relações com a escola e com os professores.

Já aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a proposta será apreciada em caráter terminativo na CE. A relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), defende a aprovação do projeto.

### Educação infantil

Outra proposta que também poderá ser analisada pela CE é



Jereissati acredita que projeto pode incentivar alunos e professores

o substitutivo ao PLS 54/07, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que fixa em cinco anos a idade limite de crianças atendidas na educação infantil.

## Mozarildo defende a criação de novos estados

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apelou ontem aos deputados para que votem ainda este ano propostas de sua autoria que convocam plebiscitos sobre o desmembramento do Amazonas, do Pará e de Mato Grosso. Os projetos, apresentados em 1999 e já aprovados pelo Senado, tramitam há dez anos na Câmara, lembrou ele.

Segundo Mozarildo, o desmembramento desses estados viabilizará o desenvolvimento das respectivas regiões. Ele citou os precedentes de Mato Grosso do Sul, que surgiu com a divisão



Mozarildo quer decisão da Câmara ainda este ano sobre plebiscitos

de Mato Grosso, e Tocantins, criado a partir de Goiás. Conforme salientou, houve benefícios

tanto para os novos estados como para os antigos.

Ao criticar os deputados que são contra os plebiscitos, Mozarildo afirmou que "há representantes do povo que negam ao povo o direito de escolher, o que equivale a uma ditadura parlamentar".

As propostas criam três territórios (PDC 725/00), a partir do desmembramento do Amazonas; o estado de Tapajós (PDC 731/00), através do desmembramento do Pará; e o estado do Araguaia (PDC 850/01), a partir do desmembramento de Mato Grosso.

## Bancada do Parlasul na pauta de 2010

A agenda legislativa para 2010, que já inclui projetos polêmicos como os do pré-sal, deverá obrigatoriamente discutir uma nova resolução do Congresso Nacional que permita a manutenção da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. A atual resolução expira em 31 de dezembro deste ano.

Quando a Resolução 1/07 entrou em vigor, há quase três anos, era considerada bastante provável a realização, em 2010, das primeiras eleições diretas para a escolha dos representantes brasileiros no parlamento regional. Mas o projeto que regulamenta essas eleições ainda não foi votado.

Com o atraso, agora são duas as datas possíveis para a realização dessas eleições – 2012 ou 2014. Até lá, o país permanecerá com uma representação indireta, formada por deputados e senadores indicados pelas respectivas Casas.

## Sarney lamenta morte do general Ivan Mendes

O presidente do Senado, José Sarney, lamentou ontem, em nota à imprensa, a morte do general Ivan Mendes, último chefe do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) e que foi ministro da Informação quando Sarney ocupou a Presidência da República.

O general morreu de infecção generalizada aos 88 anos de idade, na manhã de ontem, no Rio de Janeiro. Para Sarney, Ivan Mendes foi um profissional de "extrema competência e grande compromisso com seus deveres institucionais".

– Marcou sua vida pelo serviço prestado ao Exército Brasileiro, sempre com o sentimento de dever, trabalho e responsabilidade – diz a nota.

O general Ivan Mendes deixa mulher e três filhas.

## Voto de pesar pela morte de político de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Augusto Botelho (PT-RR) pediram ontem voto de pesar pelo falecimento do pecuarista e político Ubirajara Evangelista de Pinho.

Falecido na quarta-feira, Ubirajara foi suplente do então deputado federal pelo território de Roraima, Atlas Brasil Cantanhede. O regime militar cassou o mandato de Atlas Brasil em 1968, mas os militares impediram que Ubirajara assumisse a cadeira de deputado, ficando o território de Roraima sem representação na Câmara dos Deputados até a eleição de 1970.